



-----ATA Nº 16/2017-----

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Análise da atividade da Junta; -----

----- Ponto dois: Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências e concessão de apoios municipais à freguesia de Selho S. Jorge. -----

----- O Presidente da mesa deu início à sessão, comunicando as substituições de deputados na Coligação Juntos por Guimarães. Assim, a secretária Isabel Machado foi substituída pela deputada Liliana Silva; e, o deputado Daniel Dias foi substituído pelo deputado Pedro Canário. -----

----- Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria. -----

----- O presidente da mesa, José Campos, iniciou o período antes da ordem de trabalhos, informando que o requerimento (pedido de documentação), entregue pelo senhor deputado José Lemos, será brevemente atendido com o envio da respetiva documentação. Este período registou duas intervenções. A deputada Anabela Pereira, da CDU, lamenta o envio da convocatória para a Assembleia fora de prazo, não havendo justificação para tal. O deputado José Lemos, do PS, frisou que ao longo de todo o mandato, o Presidente da Assembleia nunca entregou atempadamente os documentos para as Assembleias. Questionou a inexistência de uma proposta de um Voto de Louvor pela subida de divisão do escalão sénior e iniciados do Pevidem SC e também questionou a relação existente entre a Junta e o Pevidem SC, uma vez que em 2016, esta entidade não recebeu qualquer subsídio por parte da Junta. Indagou ainda sobre a atribuição de subsídios às diversas associações da Vila, salientando que o próprio e o deputado Alexandre Marques, apesar de serem parte constituinte, não têm sido convocados para colaborar nos critérios de atribuição de subsídios. Frisou ainda que tem conhecimento de conversas em locais públicos, que demonstram que esta Junta parece uma “equipa de Ronaldo” que pretende apenas bater record’s, pois afirmam que se fizeram klm de alcatrão como nunca e, na sua opinião, deve respeitar-se o passado. Disse ainda que o presidente da Câmara, Domingos Bragança, merece ser elogiado, pois sempre ajudou a Junta de Pevidem. -----

O presidente da Junta, Angelino Salazar, informou que os documentos não foram atempadamente enviados, porque a Junta estaria a aguardar a receção de um documento. Dirigindo-se ao deputado José Lemos, informou que o Executivo aprovou em junho um Voto de Louvor ao Pevidem SC, pelo que o mesmo Voto terá de ser proposto em Assembleia pelos deputados da mesma. Relativamente ao relacionamento com o Pevidem SC, o Presidente afirmou que a Junta tem um bom relacionamento institucional. No que concerne ao recebimento do

subsídio e, no sentido de equidade de tratamento entre todas as associações, o Pevidém SC deveria ter solicitado o mesmo em 2016, como não o fez, este não foi pago. No entanto, no corrente ano, o Pevidém SC fez o pedido de subsídio e este já foi pago. O Presidente culpabilizou-se pelo facto de ainda não existir regulamentação nos critérios de atribuição dos subsídios às instituições, não havendo qualquer justificação para tal. Em relação às conversas em locais públicos, considera que estas não têm qualquer interesse, no entanto, assume as palavras dos seus intervenientes, já que efetivamente se realizaram klm de pavimentações. O Presidente frisou que fala pela Junta e responde pela Junta. José Lemos pediu a palavra novamente para dizer que o Voto de Louvor ao ciclista José Mendes foi aprovado numa Assembleia. Relativamente aos subsídios, no anterior executivo, a presidente aceitava o pedido sempre que este fosse feito. Já em relação às conversas em locais públicos, mencionou que quem faz parte de um órgão da Junta de Freguesia, tem de respeitar todas as pessoas. -----

O deputado Alexandre Marques fez um pedido de esclarecimento, alegando que a convocatória poderia seguir e aguardar pelo documento da Câmara, uma vez que já anteriormente tinha acontecido a mesma situação. Sobre este ponto, o Presidente da Junta concordou com o senhor Deputado. Relativamente aos Votos de Louvor/de Pesar, o deputado Alexandre Marques confirmou que houve efetivamente uma proposta de alteração ao regulamento, no entanto acha que se devem atender a algumas exceções, pelo que acha pertinente o Voto de Louvor ao Pevidém SC e também ao Teatro Coelima pelo seu 40º aniversário. Assim, os deputados da Assembleia propuseram, e aprovaram por unanimidade, um Voto de Louvor pela subida de divisão do Pevidém SC e pelo 40º aniversário do Teatro Coelima. -----

----- Iniciou-se o período da ordem de trabalhos. O ponto um, análise da atividade da Junta, teve duas intervenções da CDU. Assim, o deputado Alberto Pereira questionou a Junta sobre qual a sua intervenção no final da “Caminhada Colorida” que, após a sua realização, em toda a extensão do percurso, deixou os passeios e as ruas da Vila sujas devido ao pó. O deputado também indagou sobre o encerramento dos sanitários públicos na Praça Francisco Inácio, há mais de três anos e qual a perspetiva para a abertura do mesmo serviço. Como último ponto da sua intervenção, o Deputado abordou a problemática dos incêndios, deixando uma palavra de apoio às vítimas de Pedrógão Grande, aproveitando para questionar a Junta sobre o trabalho efetuado na prevenção dos incêndios na Freguesia, uma vez que os proprietários dos terrenos mais propícios à ocorrência de incêndios (como Fábrica do Alto, Tarf, Correias, Barreiro de Cima, entre outros) estão identificados. Por sua vez, o deputado Alexandre Marques lembrou os presentes que a 28/12/2015, procedeu-se ao encerramento da entrada para o Parque de Lazer de Selho, pelo lado de Pevidém; a 17/06/2016, já teriam havido negociações para o acesso ao Parque e já haveriam soluções; no entanto, ano e meio depois, continua sem existir a entrada para o respetivo espaço.

Assim, o Deputado questionou a Junta sobre a solução e qual o motivo de tal secretismo. O mesmo falou também sobre o melhoramento do cemitério que, após sete meses de obras, estas ainda não estão concluídas, questionando o motivo para tal demora; questionando também o abate das árvores; o desenho arquitetónico, que destruiu a frontaria construída em 1909; e, a entidade responsável e qual o custo da obra, uma vez que desconhecia se os trezentos mil euros incluídos no PPI, já tinham garantia da Câmara. -----

O Presidente da Junta iniciou o seu discurso, dirigindo-se ao deputado Alberto Pereira, anuindo sobre a sujidade deixada pela “Caminhada Colorida”. No entanto, frisou que a atividade foi realizada num sábado e dia de feriado, dez de junho, não havendo serviços municipais, assim como no domingo seguinte. Neste sentido, a via pública só foi limpa na segunda-feira. O Presidente lamentou que o Deputado apenas abordasse o lado menos positivo da atividade, quando esta iniciativa contou com a presença de mais de mil pessoas. Relativamente aos sanitários, o Presidente informou que o despacho sobre o encerramento foi do deputado Amadeu Portilha e que os sanitários da Junta estão abertos ao público em horário mais alargado do que o que era habitual no espaço encerrado. A informação que a Junta tem não contempla prazos para a reabertura dos sanitários encerrados pelo Município. Relativamente à limpeza dos terrenos, o Presidente da Junta sugeriu ao deputado Alberto Pereira que se dirigisse à Junta para informar quais os locais que consideraria de limpeza urgente e que não deixasse sempre esta questão para as Assembleias de Freguesia. Ainda sobre esta questão, pediu ao Deputado que identificasse o proprietário da antiga fábrica do Alto, uma vez que a Junta o desconhece. No que concerne às questões colocadas pelo deputado Alexandre Marques, o Presidente informou que a solução para o acesso ao Parque está encontrada há mais de ano e meio pela Câmara. Como esta envolve particulares e tem os seus custos, a Junta só poderá informar algo quando a mesma estiver no papel. Em relação ao cemitério, confirmou que a previsão temporal foi ultrapassada, mas que esta está relacionada com a atividade dos engenheiros; as árvores serão recolocadas nos respetivos locais; e, a beleza respeitante à arquitetura é relativa, uma vez que os gostos pessoais nunca serão iguais para todas as pessoas. O Presidente salientou ainda que os arquitetos envolvidos neste projeto são da Universidade do Porto e que o Executivo está convencido de que esta seja a melhor opção para a obra. Relativamente aos valores da mesma, estes estão assegurados e serão publicados oportunamente, no entanto assegura que os valores são menores do que as duas obras de alargamento feitas anteriormente. -----

Tomando novamente a palavra, o deputado Alberto Pereira mencionou que, na segunda-feira anterior à Assembleia, ainda conseguia vislumbrar sujidade relativa à “Caminhada Colorida” e informou também que a Vitrus faz serviço nos campos na freguesia de Selho S. Cristóvão, alegando que os sanitários poderiam ser limpos por esta empresa. O Presidente da Junta

questionou o Deputado se considerava que os sanitários teriam as condições necessárias para estarem ao serviço público. O encerramento dos sanitários públicos deveu-se a uma questão de falta de condições, de higiene pública e de salubridade. Por sua vez, o deputado Alexandre Marques informou que a obra anterior de ampliação do cemitério teve um custo de 117.583,00€. O Presidente disse que iria confirmar o valor e que pediria desculpa se se tivesse enganado. -----

----- Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, o deputado Alexandre Marques tomou a palavra para informar os presentes da posição da CDU. Informou, então, que a bancada da CDU é a favor da delegação de competências para que haja a transferência do dinheiro para a execução orçamental; no entanto, mencionou que há um conjunto de pavimentações, que já estão pavimentadas. O Presidente da Junta informou que as intervenções realizadas já estavam no PPI de dezembro e de abril. O deputado Alexandre Marques confirmou que poderiam haver alterações no protocolo e salientou que apenas constatou um facto, não havendo motivos para a criação de polémicas, ao que o Presidente da Junta concluiu que todas as ruas intervencionadas estavam mencionadas no PPI. O ponto dois da ordem de trabalhos colocado a votação obteve aprovação por unanimidade. -----

----- De seguida, a pedido da Junta de Freguesia, no sentido de haver maior celeridade nas resoluções assinaladas nos pontos da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia colocou a ata em minuta a votação, tendo sido esta aprovada por unanimidade. -----

----- Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que não registou qualquer intervenção. -----

----- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Liliana Silva, que a secretariei, pelo Presidente da Assembleia, José Campos, e pelo segundo secretário, João Evangelista. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____